

Rede Internacional de Gênero e Comércio

Boletim Mensal

(IGTN)

Vol. 5 n° 7

julho de 2005

Negociações Multilaterais Param enquanto ALCs Regionais Avançam

www.IGTN.org

NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES

- ♣ Notícias da OMC – Cristina Gueco, IGTN Genebra
- ♣ Relatório Especial sobre as negociações da OMC no NAMA – *Gênero e a Retirada das Tarifas Industriais* - Mariama Williams, IGTN
- ♣ DR-CAFTA Ratificado nos EUA – Kristin Sampson, Center of Concern e USGTN

A IGTN em Ação

- ♣ GENTA e USGTN Patrocinam Discussão sobre Acordo de Livre Comércio EUA-SACU
- ♣ IGTN-Ásia Realiza Seminário Regional de Treinamento sobre Gênero e Comércio
- ♣ *Chega de Passar Necessidade: MDM 8 e Financiamento para o Desenvolvimento* – Peggy Antrobus, CGTN e IGTN
- ♣ Conferência Anual da WIDE, 2005 - Pobreza, Desigualdade e Insegurança: Que respostas o feminismo tem?

RECURSOS DO GÊNERO E COMÉRCIO

- ♣ *A Questão do CAFTA: Criando Crescimento ou Entrincheirando a Pobreza?* - Jill Rauh, Projeto Gênero Comércio e Desenvolvimento, Center of Concern
- ♣ *Redução Tarifária no Acesso a Mercados Não Agrícolas: Plus Ça Change...?* - Kathleen A. Boohene, Rede do Terceiro Mundo-África
- ♣ *Guia Popular para o Acordo de Parceria Econômica do Pacífico: Negociações entre as Ilhas do Pacífico e a União Européia depois do Acordo de Cotonou 2000* - Jane Kelsey, Conselho Mundial de Igrejas, Escritório do Pacífico

EVENTOS E AVISOS

A Reunião do Comitê Gestor da IGTN e o Planejamento Estratégico para a 6ª Reunião Ministerial serão realizados entre 20 e 29 de agosto de 2005 em Hong Kong e nas Filipinas.

O documento de incidência da IGTN para a Ministerial será lançado no Terceiro Trimestre de 2005.

A IGTN quer agradecer a Cristina Gueco pelo trabalho excelente que ela fez no Escritório de Genebra durante a licença-maternidade da Maria Pia Hernandez. Desejamos a ela tudo de bom no futuro!

NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES

Reunião do Conselho Geral da OMC em Julho Termina Quase em Crise

Cristina Gueco, IGTN Genebra

As reuniões do CG da OMC em julho terminaram na sexta-feira, dia 29 de julho, numa situação de “quase crise”, pois os membros não conseguiram atingir suas metas de esboçarem uma “primeira aproximação” com as questões da agricultura, acesso a mercados não agrícolas (NAMA), serviços e desenvolvimento. A reunião do CG este ano serviu mais para repassar o que havia sido feito e registrar o andamento do trabalho desde a reunião de julho de 2004. Os membros, portanto, continuarão usando o “pacote de julho”, tirado naquela reunião e ainda vigente, como base para dar seguimento às negociações da Agenda de Desenvolvimento de Doha.

O Diretor Geral da OMC Supachai Panitchpakdi mostrou-se decepcionado com o resultado das reuniões mas continua otimista diante do acordo nas preparações para a Sexta Conferência Ministerial de dezembro em Hong Kong, na China. No seu parecer enviado ao CG, refletindo os últimos oito meses de negociações, declarou que as negociações não estão nem perto de onde pretendiam estar. Enfatizou, todavia, que elas ainda não haviam descarrilado e encorajou todos os membros a se comprometerem com um “modo de operação politicamente engajado na busca de resultados e pronto a tomar decisões assim que acabe o recesso (do verão)” para a conquista de um resultado positivo. Identificou meados de outubro como o primeiro ponto de verificação, quando haverá mais ímpeto nas negociações. Mas isso vai depender da presença e da vontade política de certos membros chave. Trata-se, portanto, de um trabalho difícil e polêmico este que está por vir.

Inquietações quanto ao Desenvolvimento

Muitos criticaram a Agenda de Desenvolvimento de Doha, dizendo estar claro que o desenvolvimento não está mais no cerne das negociações. O Grupo da África criticou os países desenvolvidos por não mostrarem o tipo de pragmatismo que vem dos países em desenvolvimento. Os integrantes do ACP (grupo de países da África, do Caribe e do Pacífico) têm o mesmo ponto de vista, também, e estão dispostos a seguir adiante contanto que o desenvolvimento volte a ocupar o seu lugar de antes. Os EUA também ficaram decepcionados e acrescentaram que uma abertura gradual dos mercados é um caminho que os países em desenvolvimento deveria tomar para se desenvolverem (posição questionada por vários grupos da sociedade civil, inclusive a IGTN). Apesar das muitas diferenças, no fim da reunião todos os membros se dispuseram a continuar com as negociações em preparação para Hong Kong. A inquietação, entretanto, está na possibilidade de que os membros e os grupamentos de países trabalhem em conjunto para obter um resultado comum, apesar dos níveis bastante desiguais de desenvolvimento e das distintas metas políticas.

O Diretor Geral Eleito Pascal Lamy, que iniciará seu mandato em setembro, esteve presente e reafirmou seu compromisso de manter o desenvolvimento como meta primordial da rodada da Agenda de Desenvolvimento de Doha. Ele divulgou os quatro novos vice-diretores gerais que iniciarão o mandato no dia 1º de outubro: Embaixador Alejandro Jara do Chile, Valentine Rugwabiza de Ruanda, Harsha Singh da Índia e Rufus Yerxa dos Estados Unidos.

Agricultura

A agricultura continua e continuará sendo o setor mais difícil de negociar. Nos três pilares da agricultura (apoio doméstico, subsídios à exportação e outros aspectos da competição nas exportações, e acesso a mercados), as negociações pararam. Mas o presidente Tim Groser conseguiu fazer um relatório do andamento avaliando o estado das coisas e onde precisam ser tomadas decisões políticas. Identificou a maioria das divergências no acesso a mercados e depois no apoio doméstico, com alguma convergência em torno da competição nas exportações, e assegurou, para os membros, que tanto a Agenda de Desenvolvimento de Doha quanto o pacote de julho continuarão como base das negociações, enfatizando a importância do êxito em Hong Kong.

O G20, grupo de países em desenvolvimento formado durante as negociações de Cancun e liderado por Brasil e Índia, ficou satisfeito por suas propostas terem sido levadas a sério e passarem a servir de base para o aprofundamento das negociações no futuro. Tim Groser apoiou sua proposta no que tange o acesso a mercados e elogiou a tentativa de chegarem a um acordo. Também destacou a acolhida que essa abordagem recebeu como uma “iniciativa construtiva de mapear o meio de campo”. Dentre os principais pontos da proposta estão as cinco camadas na fórmula de reduções tarifárias, a flexibilidade no uso de um número limitado dos chamados “produtos sensíveis” e o tratamento especial para os países em desenvolvimento. O Sr. Tim Groser alertou que, a persistirem as diferenças, poderá haver atraso em áreas como o direito dos países em desenvolvimento designarem produtos especiais por conta própria¹[1].

Contendo países em desenvolvimento e desenvolvidos que apóiam a liberalização agrícola, o Grupo de Cairns ficou desapontado com a falta de desejo político nas negociações da agricultura. O G33, este um grupo de países em desenvolvimento que mais exigem produtos especiais, também se mostrou decepcionado com a direção que tomaram as negociações em vista dos produtos especiais aparentarem estar fora da agenda.

Quanto ao apoio doméstico, Tim Groser identificou duas decisões a serem tomadas. A primeira tem a ver com as camadas de redução do apoio à Caixa Âmbar²[2] para os três que mais subsídios dão. A segunda está ligada a disciplinas para o apoio à Caixa Azul³[3] que iriam reforçar o objetivo que esta caixa tem de ajudar os membros a se afastarem das distorções.

No que tange os subsídios e a competição nas exportações, ele conclamou os membros a chegarem a um acordo sobre os itens que permitam disciplinar em paralelo as empresas estatais de comércio e o auxílio alimentar (que é subsidiado) com subsídios puramente de exportação. Quanto ao auxílio alimentar, não se tem conseguido definir o que é auxílio

1[1] Paragraph 41 of the July package states that, the criteria for selecting SPs and its treatment are to emerge from negotiations. The purpose of SPs and the special safeguard mechanism (SSM) is to protect food security, rural development, and livelihood concerns in developing countries. For more information on the use of SPs and SSMs in relation to the trade impacts on gender, please refer to *Incorporating Gender Considerations for the Designation of Special Products in WTO Agriculture Negotiations*, by Maria Pia Hernandez, IGTN Geneva. Available online at <http://www.igttn.org/page/568>.

2[2] This type of domestic support distorts trade the most.

3[3] This type of domestic support is similar to the Amber Box but with some constraints aimed at reducing distortion.

emergencial como um primeiro passo para se chegar à definição do desabrigado comercial (quando o auxílio alimentar substitui as vendas comerciais).

Acordo Geral para o Comércio de Serviços (GATS)

As negociações nessa área também pararam. Os EUA e a CE ainda fazem pressão para aumentar a liberalização no setor. Contudo, parece que já foi encaminhada, por ora, uma agenda com metas mínimas. O marco do GATS pede novos esforços, e rápido, para adiantar a agenda, mas muitos são os membros que relutam em colocar mais ofertas sobre a mesa. Após o recesso do verão, espera-se mais atividade nessa área já que o presidente Alejandro Jara propôs um cronograma de trabalho para cobrir o período que vai de agora até Hong Kong.

Aspectos dos Direitos da Propriedade Intelectual Relativos ao Comércio (TRIPS)

Embora não tenha havido progresso nesta área diante da forte posição assumida pelos países desenvolvidos, o presidente Choi Hyuk ainda tem esperanças para Hong Kong. Ainda se debate muito o que foi resolvido quanto à implementação do parágrafo 6 da Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e a Saúde Pública.

Acesso a Mercados Não Agrícola (NAMA)

O NAMA continua sendo uma questão disputada entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos, com posições cada vez mais duras. Têm tido pouco movimento as negociações nas áreas de cobertura de produtos, uma fórmula de reduções tarifárias e tarifas não vinculadas. O presidente Stefan Johannesson apresentou um relatório de progresso em contraposição a uma primeira aproximação, conforme havia sido planejado originalmente. Mas não houve um acordo quanto a uma estrutura para a fórmula de redução tarifária.

Os EUA deram apoio a uma fórmula “suíça simples” para a redução tarifária, com dois coeficientes. O Paquistão propôs um tipo de fórmula com coeficientes de 6% para os países desenvolvidos e 30% para os em desenvolvimento, que a Índia e o Brasil rejeitaram, enquanto a Jamaica dizia serem precisos vários coeficientes que levem em conta as diferentes necessidades dos países em desenvolvimento. O Sr. Stefan Johannesson destacou que agora são necessários números e dados, enquanto que uma fórmula para a redução tarifária e a maneira e o momento de aplicá-la são coisas que se podem resolver mais adiante. Ele observou também que a movimentação no NAMA depende do resultado das negociações na área da agricultura.

Conclusão

O resultado da 6ª Conferência Ministerial vai depender muito do novo Diretor Geral Pascal Lamy conseguir manter todos os países membros concentrados na substância e não no processo, que é o conselho dado pelo atual Diretor Geral Panitchpakdi. Para que a rodada da Agenda de Desenvolvimento de Doha se conclua em 2006, o CG destaca que é preciso que se chegue a um acordo quanto a “modalidades nas áreas fundamentais das negociações” para Hong Kong. Vários países africanos, dentre os quais Benin, Djibouti, Ruanda, Uganda e Zâmbia, alegam que não será possível arcar com novo fracasso.

Ainda há muitos obstáculos pelo caminho neste momento em que os países dispõem de menos do que três meses para se prepararem para a MC6 no início de dezembro.

Nesse ínterim, o CG gostaria de ver um texto amplamente aprovado para apresentar aos ministros. De forma a facilitar o processo, é provável que até lá ocorram várias “sessões na Sala Verde” e mini-ministeriais de forma a desenterrar as negociações. Esses processos são uma de várias reuniões informais que ocorrem dentro e fora da OMC para complementar os processos formais da OMC. O rápido andamento das negociações que ocorrem nessas reuniões informais tem sido criticado pela sociedade civil à medida que os países desenvolvidos vão aumentando a pressão para que os países em desenvolvimento façam concessões. A IGTN, por sua vez, critica esses processos por causa de sua exclusividade e falta de transparência.

Para ver esta notícia sobre a OMC e outras anteriores, visite:

<http://www.igt.org/page/404>.

Relatório Especial sobre as Negociações do NAMA – Gênero e a Retirada das Tarifas Industriais

Mariama Williams, IGTN

Como parte das negociações do comércio na rodada de Doha, os países em desenvolvimento estão envolvidos num conjunto de negociações procrastinadas com vistas a reduzir drasticamente as tarifas para um vasto sortimento de produtos industriais e áreas, como automóveis, bebidas, produtos químicos, cimento, vidro, pesca, silvicultura, couros, calçados e plásticos. Estes, bem como outros não incluídos sob o guarda-chuva dos produtos ou serviços agrícolas, fazem parte das negociações em torno do chamado acesso a mercados não agrícolas (NAMA) que estão em andamento agora na OMC. Dada a atual dinâmica das negociações, caso logrem êxito os países mais proeminentes neste âmbito como EUA e Nova Zelândia, as tarifas para os produtos industriais serão reduzidas a uma faixa de 8% (proposta dos EUA) a 17% (proposta da CE) chegando enfim a zero antes do ano 2020. Não somente as tarifas sofrerão cortes drásticos como os países em desenvolvimento terão de vincular tarifas a uma série de linhas de produtos. Com isso, tira-se qualquer flexibilidade para que os países em desenvolvimento regulem o escopo, a natureza e o ritmo do desenvolvimento industrial em suas economias. Os cortes do NAMA, juntamente com a farta previsão de impactos negativos para o setor dos têxteis e vestuário por conta da liberalização gerada sob a égide do Acordo de Têxteis e Vestuário (ATC), trará impactos tremendamente negativos sobre o desenvolvimento industrial dos países em desenvolvimento.

Assim, as negociações do NAMA e seus possíveis desdobramentos finais apresentam inquietações particulares para o bem-estar econômico e social na vida de homens e mulheres nos países em desenvolvimento tanto logo após a implementação de tais cortes tarifários quanto na dinâmica do crescimento a longo prazo dos mesmos países. Sem a natureza específica dos cortes e um conhecimento mais profundo da economia de um dado país, qualquer análise de desenvolvimento ou dos impactos de gênero a esta altura só poderá ser provisória e puramente especulativa. Mas é possível fazer um conjunto relativamente bom de conjecturas examinando-se a história recente do impacto da liberalização do comércio sobre o desenvolvimento industrial nos países que empreenderam os cortes tarifários para produtos industriais dentro do programa de ajuste estrutural do FMI e do Banco Mundial.

Este relatório foi publicado originalmente no GERALinks, o Boletim Trimestral do Programa do Gênero e das Reformas Econômicas na África, da Rede do Terceiro Mundo – África, julho de 2005.

A análise completa se encontra em: <http://www.igtn.org/page/630/1>.

DR-CAFTA é Ratificado nos EUA

Kristin Sampson, *Center of Concern* e USGTN

No dia 27 de julho de 2005, o Acordo de Livre Comércio entre EUA, América Central e República Dominicana (DR-CAFTA) foi aprovado por 217 a 215 numa sessão realizada tarde da noite na Câmara dos Deputados norte-americana.

A liderança republicana manteve a votação aberta durante mais de uma hora a fim de assegurar uma quantidade suficiente de votos. O líder republicano da casa, Vice-presidente Dick Cheney, e a Secretária de Estado Condoleeza Rice ficaram trabalhando com afinco para assegurar os votos até o último minuto.

Perdas de muitos empregos no setor manufatureiro dos EUA, enfraquecimento das proteções ambientais e trabalhistas, redução da democracia nos níveis estadual e local, e uma crescente desigualdade econômica têm sido conseqüências estimuladas pelas políticas neoliberais de comércio, exemplificadas no Acordo Norte-americano de Livre Comércio (NAFTA) e reproduzidas no DR-CAFTA. Além disso, declarações feitas pela sociedade civil centro-americana no sentido de que o DR-CAFTA vai prejudicar e não ajudar o desenvolvimento econômico e as frágeis democracias da região fortalecem a oposição ao acordo. À medida que vão se acumulando os fracassos do modelo neoliberal, surge um levante da oposição pública contra esse acordo especificamente e contra o atual modelo de ALCs em geral.

Para se contrapor à oposição exercida contra a agenda do comércio corporativamente orientada, o lobby das grandes empresas empreendeu esforços inéditos para assegurar a aprovação do DR-CAFTA. O governo Bush foi forçado a gastar um capital político considerável e a lançar mão de táticas ferrenhas para garantir votos favoráveis.

A USGTN desempenhou uma função de liderança no seio dos esforços da sociedade civil para derrotar o DR-CAFTA e engendrar o debate em torno das políticas norte-americanas para o comércio. A análise do DR-CAFTA feita conjuntamente pela USGTN e por grupos de mulheres da América Central trouxe uma voz crítica para o debate. O informativo evento de junho de 2005 patrocinado pela USGTN e chamado Hill Briefing sobre Gênero e Comércio trouxe novas energias para os deputados e senadores na luta contra o DR-CAFTA.

Embora a aprovação do DR-CAFTA seja uma decepção, a oposição da sociedade civil e da legislatura ao modelo de livre comércio se galvanizou em torno de propostas alternativas que promovem a justiça econômica e social para muitos e não lucros para poucos. A USGTN continuará trabalhando com nossos parceiros em todo o Continente Americano de forma a trazer uma análise de gênero para o âmbito das políticas norte-americanas do comércio e engendrar alternativas para a cooperação econômica.

O artigo conjunto da USGTN e da organização *Las Dignas*, Mulheres Dizem NÃO ao CAFTA pode ser encontrado em <http://www.igtn.org/page/444/1>.

O relatório sobre a Sessão Informativa do Congresso: Mulheres e o CAFTA pode ser encontrado em <http://www.igtn.org/page/617/1>.

A IGTN EM AÇÃO

A GENTA e a USGTN Patrocinam Discussão sobre o Acordo de Livre Comércio entre EUA e SACU

12 de agosto de 2005 – Joanesburgo, África do Sul

No dia 12 de agosto de 2005, a GENTA e a USGTN, juntamente com o American Friends Service Committee (AFSC), o Instituto do Sul e Leste da África para Informação e Negociações do Comércio (SEATINI) e o Grupo de Trabalho do ALC EUA-SACU, patrocinaram um fórum público e sessão estratégica sobre o ALC EUA-SACU. O evento reuniu mais de 25 participantes representando uma ampla gama de interesses ligados ao comércio (mão-de-obra, núcleos de produção intelectual do governo, da sociedade civil, ONGs internacionais, movimentos sociais, jornalistas e acadêmicos).

Num animado debate, os participantes trataram das seguintes questões chave:

1. O que deve ser incluído no ALC EUA-SACU e quais são as implicações?
2. Como é que os grupos da sociedade civil dos EUA e a SACU podem trabalhar em ações que podem acontecer no futuro?
3. Quais são algumas das estratégias de mobilização em potencial?
4. Será que os EUA e a EU vão continuar a expandir seu foco em cima dos acordos bilaterais do comércio?
5. Quais serão as implicações se as reuniões da OMC sofrerem um novo colapso em Hong Kong?
6. O que podemos aprender com a recente luta do CAFTA nos EUA e na América Central e com as negociações de um EPA com a África, em termos tanto de estratégia para políticas quanto de um trabalho de coalizão por todas as regiões?

A conferência surgiu do renovado movimento dos governos em direção ao um acordo. Numa reunião em Genebra no último mês de julho, estiveram presentes representantes a fim de confirmar seu compromisso com o ALC entre os EUA e a SACU, propondo que as negociações sejam retomadas em setembro. Embora o texto permaneça como segredo total tanto na região do SACU quanto nos Estados Unidos, não é difícil prever como o acordo vai se desdobrar, diante da experiência e precedentes dos outros ALCs regionais que o governo Bush vem negociando – inclusive o Acordo Centro-americano de Livre Comércio (CAFTA) ratificado por aquele país. O governo norte-americano continua seguindo seu caminho de negociar agressivamente ALCs como esse feito com a região do SACU.

Ainda neste trimestre, será disponibilizada a cópia completa deste relatório.

IGTN-Ásia Realiza Oficina Regional de Treinamento sobre Gênero e Comércio

25 a 29 de julho de 2005 – Bancoc, Tailândia

A Rede Internacional do Gênero e Comércio – Ásia (IGTN-Ásia) realizou uma oficina de

treinamento sobre gênero e comércio para os Países Menos Desenvolvidos (LDCs) em Bancoc, na Tailândia, entre os dias 25 e 29 de julho de 2005.

O objetivo geral do evento era compreender melhor os desafios e ajustes enfrentados pelos Países Menos Desenvolvidos e em Fase de Adesão à Organização Mundial do Comércio através de um exame dos processos e regras de integração ao mercado global feito pela ótica da economia feminista com análise de gênero. A oficina visava ainda aprimorar a incidência das mulheres e as capacidades de negociação enquanto seus governos participam de intensos processos de preparação para a 6ª Reunião Ministerial da OMC em Hong Kong entre os dias 13 e 18 de dezembro de 2005.

Num pronunciamento feito em 29 de julho de 2005, os participantes convocavam os Membros a levar em conta as necessidades dos países em desenvolvimento, especificamente nas áreas de tratamento especial e diferenciado, assistência técnica, serviços e auxílio à alimentação.

O relatório completo e o pronunciamento se encontram em <http://www.igtn.org/page/626>.

Chega de Carência: MDG 8 – Financiamento para o Desenvolvimento

Apresentação de Peggy Antrobus nas Audiências da Assembléia Geral das Nações Unidas em 23 e 24 de junho de 2005 – Nova York, Estados Unidos

Nas audiências da Assembléia Geral da ONU realizadas em junho de 2005, Peggy Antrobus, assessora da IGTN e membro da Rede Caribenha do Gênero e Comércio, falou sobre as Metas de Desenvolvimento para o Milênio (MDMs). Ela destacou que as redes de mulheres estão enfatizando a indivisibilidade da 8ª MDM (Chega de Carência) e as demais Liberdades contidas no Relatório do Secretário Geral, dizendo também que igualdade das mulheres, a outorga de poder e o seu protagonismo são questões absolutamente transversais para elas, e essenciais para suas conquistas. Além do mais, nenhuma dessas Liberdades pode se atingida se não for tratada toda a gama de direitos humanos, em especial os direitos humanos das mulheres, inclusive os direitos sexuais e reprodutivos e ainda as questões de violência contra mulheres. Essas conexões se destacam em sua fala sobre o tópico da Oitava MDM, o financiamento para o desenvolvimento.

Ela argumenta que, como arcabouço das políticas, a Oitava Meta é fundamental para que se atinjam todas as demais. Entretanto, apesar da retórica oficial, esse arcabouço reflete uma abordagem do desenvolvimento voltada para o mercado que deixa os países do Sul abertos a uma exploração ainda maior por parte dos poderosos interesses corporativos do Norte e ajuda a marginalizar ainda mais o povo que mais sofreu com um modelo de desenvolvimento baseado na exploração das pessoas e dos recursos.

Visto a partir da ótica das mulheres, um arcabouço de políticas que privilegie mais o mercado do que o estado (ou a eficiência acima do aprovisionamento) é o que prioriza os lucros acima das necessidades das pessoas pobres demais para terem acesso ao mercado.

O depoimento completo se encontra em <http://www.igtn.org/page/625>.

Conferência Anual da WIDE, 2005 – Pobreza, desigualdade e insegurança: Que respostas tem o feminismo?

24 a 25 de junho de 2005 - Regents College, Londres, Grã-Bretanha

Nos dias 24 e 25 de junho de 2005, a Rede WIDE realizou sua Conferência Anual em Londres, sediada pela Rede do Gênero e Desenvolvimento. Esta Conferência tratou dos desafios do início do Século XXI – desigualdade, pobreza e insegurança – explorando e expandindo respostas feministas para aspectos tanto novos quanto velhos dessas questões, concentrando-se em quatro sub-temas: desigualdade, relações internacionais do comércio, paz e segurança, e direitos sexuais e reprodutivos – quatro áreas de grande disputa que delineiam as chances e opções das mulheres e as nossas oportunidades de desfrutar e exercer a plenitude dos nossos direitos humanos.

A WIDE é membro da IGTN-Europa e é o ponto focal para alfabetização econômica da IGTN.

O Manifesto da Conferência se encontra em <http://www.igtn.org/page/629/1>.

O *Resumo da Conferência* se encontra em <http://www.eurosur.org/wide/Structure/AC05.htm>.

Um relatório completo da conferência e das apresentações feitas será colocado à disposição antes do fim do trimestre.

RECURSOS DO GÊNERO E COMÉRCIO

A Questão do CAFTA: Criando Crescimento ou Entrincheirando a Pobreza?

Jill Rauh, Projeto do Gênero Comércio e Desenvolvimento, *Center of Concern*
Julho de 2005

Em fins de julho de 2005, o Acordo Centro-americano de Livre Comércio (DR-CAFTA) foi aprovado pelos legisladores dos EUA. A vitória foi comemorada por suas bases como uma oportunidade de expandir os mercados norte-americanos no exterior e como um veículo de crescimento e desenvolvimento para a América Central.

Este artigo visa a parte posterior dessa promessa e demonstra as razões pelas quais o acordo poderá ter efeitos negativos – e não positivos – sobre a região, especialmente para os moradores mais pobres. A América Central e a República Dominicana não conseguem atender às pré-condições necessárias para o crescimento econômico e a região poderá acabar sendo mais prejudicada do que assistida por conta do acordo.

As regras para investimento, relativas à propriedade intelectual, aos setores de serviços e outras áreas também mostram que o DR-CAFTA não conseguirá atender as necessidades de desenvolvimento da região. Além disso, a pobreza, a mão-de-obra, os problemas ambientais e as questões de gênero foram elementos ignorados em detrimento de uma maior liberdade econômica para os investidores internacionais e os interesses empresariais, culminando com restrições à regulamentação e o investimento domésticos.

O relatório completo se encontra em <http://www.coc.org/resources/articles/display.html?ID=1171>.

Redução Tarifária no Acesso a Mercados Não Agrícolas: *Plus Ça Change...*?

Autoria de Kathleen A. Boohene, Rede do Terceiro Mundo – África
Julho de 2005

A 6ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio será realizada em Hong Kong no mês de dezembro de 2005. As negociações em torno do acesso a mercados não agrícolas (NAMA) farão parte dessa conferência. Tratando da liberalização geral em torno de vários setores, a retirada ou eliminação em última instância das barreiras tarifárias e não tarifárias, e a liberalização de bens ambientais, o NAMA acabará se aplicando, de uma forma ou de outra, a todos os países da OMC. Ele se baseia na ortodoxia neo-liberal de que a liberalização do comércio, ou seja, o livre comércio, beneficia automaticamente todos os países em igual proporção. A teoria é uma coisa, a realidade comprovada por mais de duas décadas de liberalização do comércio sob a égide do ajuste estrutural é outra bem diferente.

Este breve relatório trata de dois dos principais efeitos da liberalização do comércio e seus impactos de gênero que têm sido particularmente evidentes e relevantes para o NAMA: perda de receitas e suas conseqüências (ou seja, redução do gasto governamental em áreas como a saúde e a educação, por exemplo); e efeitos sobre a capacidade produtiva (em termos de destruição das empresas locais, especialmente no setor manufatureiro) dos países em desenvolvimento.

Este relatório foi publicado originalmente no GERALinks, o Boletim Trimestral do Programa para Gênero e Reformas Econômicas na África, Rede do Terceiro Mundo – África, julho de 2005.

O relatório completo se encontra em <http://www.igtn.org/page/631/1>.

Guia Popular para o Acordo de Parceria Econômica do Pacífico: Negociações entre as Ilhas do Pacífico e a União Européia após o Acordo de Cotonou 2000

Jane Kelsey, Conselho Mundial de Igrejas, Escritório do Pacífico
março de 2005

Este relatório foi encomendado pelo Conselho Mundial de Igrejas, Escritório do Pacífico, para examinar as negociações entre a União Européia e os Estados do Pacífico pertencentes ao ACP com vistas a um Acordo de Parceria Econômica na região do Pacífico que foi tirado a partir do Acordo de Cotonou. Essas negociações foram lançadas oficialmente em setembro de 2004.

Os termos de referência refletem o compromisso da igreja com a transformação a partir do modelo de “desenvolvimento” oferecido pela globalização neo-liberal que está sendo promovido pela União Européia – que atende aos governos poderosos e mega-corporações – passando para uma agenda de desenvolvimento fundada nos valores e na ética da justiça social e solidariedade entre os povos na terra. Essa visão está articulada no documento *Ilhas de Esperança: Uma Alternativa à Globalização Econômica do Pacífico* e noutros elaborados em preparação para a Assembléia do Conselho Mundial de

Igrejas a ser realizada em 2006, *God's AGAPE - Alternative Globalisation Addressing Peoples and Earth*.

Este relatório usa o formato de perguntas e respostas de forma a propiciar para as igrejas, ONGs, sindicatos, políticos e outros ativistas o conhecimento necessário a uma intervenção crítica e efetiva no processo, de forma que eles possam traduzi-lo em formas mais acessíveis e criativas para as suas próprias comunidades.

Embora não se concentre no gênero especificamente, este relatório tem implicações mais amplas que certamente incluem impactos de gênero.

O documento se encontra na íntegra em <http://www.igtn.org/page/627/1>.

EVENTOS E AVISOS

Como Ocorre a Mudança? 10º Fórum Internacional da AWID sobre Direitos das Mulheres e Desenvolvimento

27 a 30 de outubro de 2005 - Bancoc, Tailândia

Na luta mundial para melhorar a vida de meninas e mulheres, nossos êxitos e fracassos são medidos de forma mais significativa através de mudanças reais e concretas no cotidiano delas pelo mundo afora. Ao longo dos anos, pudemos observar como as vitórias arduamente conquistadas pelas mulheres vivem levando coices contra a igualdade de gênero.

O fórum da AWID tenta tratar do desafio de melhorar-lhes as condições diante desses recuos constantes. Através de oficinas, debates, plenárias e apresentações multimídia, as participantes divulgarão lições sobre processos fundamentais de mudança e farão uma avaliação sincera dos esforços em prol da igualdade de gênero com a intenção de se aprenda mais sobre a maneira de efetuar o tipo de transformação capaz de gerar justiça econômica e um meio ambiente mais limpo, capaz de levar os conflitos armados a um fim e eliminar a discriminação contra as mulheres.

A IGTN considera essa conferência um espaço político importante para gerar mudanças geradoras de transformação em torno dos direitos humanos e do desenvolvimento das mulheres.

Encontra-se informação sobre a AWID em:
http://www.awid.org/forum/call_for_participation.htm.

8ª Conferência para o Desenvolvimento Sustentável

7 a 9 de dezembro de 2005 – Islamabad, Paquistão

O Instituto de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDPI) está realizando sua Oitava Conferência para o Desenvolvimento Sustentável entre 7 e 9 de dezembro de 2005 em Islamabad, Paquistão. Cada uma dessas conferências deve funcionar como um fórum para a troca de diálogo sobre o desenvolvimento sustentável com as partes interessadas, a sociedade civil e os formuladores de políticas.

Esta oitava conferência proposta vai examinar as múltiplas facetas do desenvolvimento sustentável nos contextos do sul da Ásia. Os palestrantes vão discutir como os problemas e as questões do sul da Ásia podem ser efetivamente tratados em vários níveis com base na experiência prévia de intervenções políticas bem sucedidas. A conferência busca trazer teóricos, pesquisadores, ativistas, legisladores e acadêmicos do sul da Ásia e de outras regiões para o debate em torno do desenvolvimento sustentável numa era de globalização.

Os temas para a conferência de 2005 são:

- Questões das Mulheres e de Gênero
- Sustento
- OMC e Governança
- Saúde
- Paz e os Direitos dos Povos
- Mão-de-obra infantil

Maiores informações podem ser encontradas em http://www.sdpi.org/8th_sdc.htm.

Para receber o Boletim Mensal da IGTN via correio eletrônico, escreva para secretariat@igtn.org e coloque "assinar" na linha de assunto; faça constar no corpo da mensagem o seu nome e o da sua organização. Para ler boletins antigos, vá ao site da IGTN em: <http://www.igtn.org/page/bulletins/>.
